

# Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

## Mulheres reivindicam direitos em seminário

**O**rganizado pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, Banco Mundial, ONU Mulheres, Avon e parceiros, o seminário “Mulheres no Poder – Diálogos sobre Empoderamento Político, Econômico e Social e Enfrentamento à Violência” fechou o ano de 2016 com recomendações a serem dirigidas ao Congresso Nacional em 2017.

O evento reuniu 457 mulheres de vários estados no auditório Petrônio Portella, nos dias 13 e 14 de dezembro. As participantes debateram temas essenciais para compreender os fatores que sustentam a sociedade patriarcal e machista e quais seriam os mecanismos de transformação dessa realidade.

As mesas temáticas englobaram temas como: experiências nacionais e internacionais de Observatórios de Monitoramento da Violência de Gênero, a presença das mulheres no universo político, o empoderamento feminino no setor privado, orçamentos sensíveis a gênero e a pauta de reivindicações do movimento organizado de mulheres e entidades do terceiro setor.

Na plenária final, as participantes recomendaram a valorização da diversidade das mulheres brasileiras na elaboração de políticas públicas, considerando suas especificidades, para que a legislação atenda a todas, além do repúdio a propostas legislativas que afetem os direitos das mulheres e o incentivo à participação de mulheres na política e em todos os espaços de poder.

O relatório com o resumo das palestras e recomendações das participantes será divulgado em março.

No encerramento, a apresentação do grupo brasileiro de mulheres percussionistas Batalá traduziu o clima dos dois dias de intensos debates, com ânimo e disposição para enfrentar os desafios de 2017.

O seminário contou com presenças ilustres, como as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher do Senado, Fátima Bezerra (PT-RN), Regina



Marcelo Favaretti

Mulheres de vários estados brasileiros prestigiam mesa de abertura do seminário *Mulheres no Poder*

Sousa (PT-PI) e Marta Suplicy (PMDB-SP); as deputadas Ângela Albino (PCdoB-SC), Carmen Zanotto (PPS-SC), Ana Perugini (PT-SP), Luizianne Lins (PT-CE) e Jô Moraes (PCdoB-MG); Sonia Margarita Siguenza, presidente da Comissão de Equidade de Gênero do Parlatino; Fátima Pelaes, secretária Especial de Políticas para as Mulheres; Raisa Rossiter, secretária-adjunta de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, e Lucia Bessa, subsecretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Distrito Federal; Nadine Gasman, da ONU Mulheres no Brasil; Boris Utria, coordenador-Geral de Operações do Banco Mundial no Brasil; Ana Costa,

vice-presidente jurídica de relações governamentais da Avon; Emília Fernandes, do Fórum de Mulheres do Mercosul - Brasil; Roberta Viegas, do Observatório da Mulher contra a Violência do Brasil; as embaixadoras Sosormaa Chuluunbaatar (Mongólia), Beatriz Paredes (México) e Diana Vanegas, (El Salvador); Tamar García, conselheira da Embaixada

da Espanha; Perpétua Almeida, ex-deputada federal; Wânia Pasinato e Eunice Borges, da ONU Mulheres.

As palestras podem ser conhecidas na íntegra por meio do *E-Cidadania*, na aba de “Eventos encerrados”. Fotos e matérias estão disponíveis na página da Procuradoria da Mulher e no Flickr:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/principalaudiencia>

<http://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria>

<https://www.flickr.com/photos/125712044@N04/>



Waldemir Barreto/Agência Senado

A banda feminina *Batalá* encerrou com louvor o seminário inédito

## Debates mostram desafios externos e internos

O debate promovido nos quatro eixos temáticos do Seminário despertou o público para a importância da capacidade mobilizadora das entidades de mulheres em busca de superar desafios da pauta feminina.

A discussão sobre as mulheres no Poder Legislativo mostrou que a presença feminina nas bancadas federal, estadual e municipal está distante da média mundial e da latino-americana e, sobretudo, da meta de paridade de gênero, defendida pela ONU Mulheres.

A embaixadora do México, Beatriz Paredes, que ocupou todos os postos legislativos no seu país, inclusive tendo presidido a Câmara dos deputados, o Senado e o Congresso, mostrou ao plenário as estratégias das mexicanas para se situarem no prestigiado terceiro lugar no mapa da representação política mundial.

### Cultura patriarcal

Na discussão sobre empoderamento no setor privado, Raquel Preto, do Grupo Mulheres do Brasil, denunciou a falsa meritocracia da cultura patriarcal, com exemplos nacionais e internacionais.

Vice-presidente jurídica de relações governamentais da Avon, Ana Costa disse que arquétipos e estereótipos de homem e mulher geram comportamentos repetitivos e pensamentos automatizados, que precisam também do envolvimento dos homens

para serem desconstruídos.

Inspiradora da personagem Mônica das histórias em quadrinhos, ícone de muitas gerações de meninas, a executiva Mônica de Sousa, da produtora de conteúdo infantil Maurício de Sousa Produções, defendeu a causa do empoderamento das meninas.



Representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman fala durante abertura do seminário Mulheres no Poder

Já a fundadora da Rede Mulher Empreendedora, Ana Lúcia Fontes, argumentou em favor de ações afirmativas, como nos Estados Unidos, onde se favorecem compras de produtos de empresas dirigidas por mulheres.

Mulheres negras, indígenas e LGBT procuram mais protagonismo dentro do próprio movimento social das mulheres, para trazer ao primeiro plano bandeiras como a luta contra a aprovação da PEC 215/2000, que ameaça o reconhecimento

das terras indígenas.

Jolúzia Batista, do CFEMEA e da organização da Marcha das Margaridas, disse que a reestruturação do capitalismo no mundo compele o Estado a minimizar sua atuação social.

Muitos discursos e projetos de lei alme-

jam que a mulher “volte para o lar”, onde cuidará de idosos e de crianças que, sem o Estado, serão cada vez mais dependentes de um cuidado caseiro que o machismo faz pesar com exclusividade sobre as mulheres.

Assim como o Brasil, Portugal, México e Peru procuram institucionalizar a luta contra o feminicídio e a violência de gênero, desenvolvendo políticas e equipamentos semelhantes ou mesmo equivalentes, ao enfrentar um problema cujas fronteiras são de gênero, não geográficas.

## Livros enriquecem seminário

A imagem de Helena, filha mais velha da escritora Ana Prestes, a declamar trecho de *Mirela e o Dia Internacional da Mulher*, viralizou no Facebook. O livro desperta as crianças para o empoderamento feminino e foi um dos cinco lançamentos realizados no encontro, ao lado de:

*Antes Feliz do que Mal Acompanhada*, de Emanuela Carvalho – relatos de relações abusivas, com a mensagem de que é possível se libertar de uniões infelizes.

*Mais Mulheres na Política: Retrato da sub-representação feminina no poder*, de autoria da Procuradoria Especial da Mulher, Consultoria Legislativa do Senado e Instituto DataSenado – análise do desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014 e 2016.

*Vida e Morte Feminina*, de autoria da senadora Simone Tebet (PMDB-MS), presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – discursos, projetos, relatórios e reflexões sobre a situação da mulher brasileira.

*Órfãs de Esperança - Violências Contra a Mulher - Alguns Relatos no Mundo*, de Véronique Durand – reflexões sobre violências na Argélia, Brasil, Bangladesh, Camboja e França.

## Chefitaliano caprichou no jantar

Dia 13 de dezembro, Lúcia Bessa, subsecretária de Políticas para Mulheres da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (Sedestmidh-DF), abriu as portas da Casa da Mulher Brasileira (CMB) para um jantar de recepção às mulheres do estado de São Paulo que enfrentaram mais de 20 horas de viagem para vir a Brasília.

“Acolhemos de braços abertos e com muita alegria as mulheres que se deslocaram pelo país para compartilhar experiências de empoderamento e de combate à violência”, disse a subsecretária, ao lado coordenadora da CMB, Iara Lobo de Figueiredo.

Um dos mais inovadores equipamentos de apoio a mulheres vítimas de violência, a Casa da Mulher Brasileira é uma experiência institucional que desperta interesse em todo o país.

Mobilizado por Lúcia Bessa, o chef Giuseppe Modafferi, proprietário da Hostaria Dei Sapori, referência em Brasília, levou um fogão especial para preparar gratuita e pessoalmente a refeição para as militantes.

## Um minuto para a superação

Dia 15 de dezembro de 2016, no encerramento do seminário “Mulheres no Poder”, foram premiados os três vencedores do concurso sobre superação da violência contra a mulher promovido pela Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Os participantes produziram vídeos de um minuto de duração, contando uma história de superação feminina. Os trabalhos vencedores foram: *Maria* – eleito pelo Júri Popular, feito por Marcelo Santana, *Submersa* – 1º eleito pelo Júri Técnico, de Carol Lach, e *Bem-me-quer* – 2º eleito pelo Júri Técnico, de Raquel Caroline.

As três produções serão exibidas pela TV Senado e TV Câmara. Para a deputada Luizianne Lins (PT-CE), idealizadora da proposta, “é fundamental envolver a sociedade no assunto da violência contra mulher”. A deputada disse que essas violências, tanto simbólicas quanto físicas, são “a expressão mais extrema dessa sociedade patriarcal”.

Veja os 10 vídeos mais votados em: <http://bit.ly/2hwVMNp>

## ProMul faz homenagem

No encerramento do seminário Mulheres no Poder, dois parceiros da Procuradoria Especial da Mulher do Senado (ProMul) foram homenageados com uma placa. “É preciso reconhecer que as mulheres não estão sozinhas na jornada em favor da igualdade entre homens e mulheres”, disse a procuradora Vanessa Grazziotin.

Florian Madruga, diretor da gráfica do Senado até se aposentar em dezembro, dedicou 41 anos à Casa e acompanhou a criação da ProMul, em 2013. Foi importante apoiador da edição do livro *Mais Mulheres na Política*, da cartilha *Lei Maria da Penha: Perguntas e Respostas* e do jornal *Senado Mulher*, entre outras iniciativas editoriais.

Já Boris Utria personifica o interesse do Banco Mundial em investir em projetos de empoderamento da mulher. Em 2016, a instituição apoiou muitas iniciativas da bancada feminina do Congresso, como o seminário Mulheres no Poder e a 5ª edição do Concurso sobre a Lei Maria da Penha, que premiará, no dia 8 de março de 2017, as melhores obras fotográficas sobre “O empoderamento da mulher e a superação da violência”.



## Mulheres com deficiência são mais vulneráveis à violência doméstica



Márcia Gori, da ONG Essas Mulheres, fala na audiência presidida pela deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL)

A múltipla vulnerabilidade da mulher com deficiência diante de situações de abuso e violência doméstica agrava a violência psicológica, moral, patrimonial, física e sexual que incide sobre a mulher em geral.

O tema foi discutido dia 8 de dezembro, em audiência pública promovida pelas comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, na 37ª edição do projeto Pauta Feminina, atividade mensal apoiada pelas procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara.

De acordo com dados da ONG Essas Mulheres, 68% das denúncias de violência a pessoas com deficiência se referem a mulheres, número que salta a 82%, quando se fala em violência sexual.

“Isso não é um dado – é um escândalo”, disse Adriana Abreu Magalhães, integrante da ONG.

### Dependência

Violações, abusos e agressões cometidos por pais, mães, cônjuges, padrastos, cuidadores e mesmo de outras pessoas com deficiências, no ambiente associativo, vêm a público com dificuldade.

“Além da dependência financeira e emocional, que inibe muitas mulheres de denunciar uma agressão, pesa sobre a mulher com deficiência a dependência física do cuidado”, disse a deputada Rosinha da Adefal (PTdoB-AL).

Para Marcia Gori, “não tem como pensar uma política pública para a mulher com deficiência sem fazer a ligação com a política nacional de cuidadores”.

Betânia Cristina Souza de Assis, secretária-adjunta de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e da Cidadania, disse que a im-

plementação de Centros-Dia seria importante para melhorar a condição dos cuidadores familiares.

Carolina Angélica Gomes, coordenadora-geral do Sistema de Informações da Pessoa com Deficiência da Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, alertou para o grande número de mulheres que, vítimas de violência física, tornam-se pessoas com deficiência, como a própria Maria da Penha, cuja luta por justiça deflagrou a criação da Lei 11.340/2006. Carolina mencionou a Lei 9.263/1996, que eliminou a esterilização compulsória de pessoas com deficiência. “Por mais que não consiga decidir, a pessoa tem direito ao apoio para decidir”, disse.

### Sexualidade

As narrativas sociais dominantes mostram uma contradição: facilitam que o corpo das mulheres com deficiência seja visto como acessível a todos, mas também cultivam os discursos de controle sobre sua sexualidade.

“Muitas mulheres com deficiência não conhecem seus corpos”, disse Marcia Gori, pois são inibidas socialmente para não despertarem para a sexualidade, não se relacionar sexualmente e, sobretudo, não engravidar. Ela defende a importância do trabalho de assistentes eróticos para pessoas com deficiência.

A deputada Carmem Zanotto (PPS-SC) acompanhou a discussão e coordenou parte do encontro.

# Mulheres no PODER



Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) entrega placa de homenagem ao Dr. Florian, servidor da Gráfica do Senado por 40 anos



Deputada Luiziane Lins (PT-CE) entrega certificado aos vencedores do concurso de vídeo sobre a Lei Maria da Penha



Ana Costa, vice-presidente jurídica de relações governamentais da Avon, e Ana Lúcia Fontes fundadora, da Rede Mulher Empreendedora



Lúcia Bessa, subsecretária de políticas para as mulheres do Distrito Federal, recepciona delegação paulista na CMB



Na biblioteca do Senado, mulheres prestigiam Ana Prestes, autora do livro *Mirela e o Dia Internacional da Mulher*



Homenagem da Procuradoria da Mulher do Senado ao coordenador-Geral de Operações Banco Mundial no Brasil, Boris Utria



Lúcia Rincón (UBM) coordena mesa final com Leonice Tupari (Mulheres Indígenas), Valdecir Odara (AMNB), senadora Fátima Bezerra (PT-RN), deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e Carina Vitral (UNE)



Ana Rocha, coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisa da UBM, e Raissa Rossiter, secretária adjunta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal



Raquel Preto, Mônica de Sousa e Boris Utria debatem participação de mulheres em cargos de liderança em empresas privadas



Emanuela Carvalho, autora do livro *Antes Feliz do que Mal Acompanhada*, em sessão de autógrafos na Casa da Mulher Brasileira



Veronique Durand lança o livro *Órfãs de Esperança - Violências contra a mulher*, alguns relatos no mundo na Biblioteca do Senado



Carmélia Viana, presidente do Movimento Popular de Mulheres de Minas Gerais: "por resistência, luta e protagonismo feminino"

# Mulheres no PODER



Liége Rocha (UBM), Ângela Guimarães (Unegro), senadora Vanessa Grazziotin e Eunice Borges (ONU Mulheres) na plenária de encerramento do seminário



O livro *Mais Mulheres na Política: Retrato da sub-representação feminina no poder* foi distribuído para as participantes do seminário



Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Nadine Gasman, deputada Sonia Margarita Rodriguez Siguenza (El Salvador), deputada Ana Perugini e Liége Rocha (UBM)



Sharylaine, rapper e ativista paulistana, canta: *"Bastam quinze segundos /nesse imenso Brasil/ a vítima pode ser você"*



Lúcia Bessa, deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), Rodolfo Dominguez, do Observatorio Ciudadano de Mexico e sociólogo português Manuel Lisboa



Senadora Regina Sousa (PT-PI) e Ana Carolina Querino (ONU Mulheres) na palestra de *Orçamentos Sensíveis a Gênero*



O grupo percussionista de mulheres *Batalá* levanta o público ao final do encontro



Relatoras apresentam documento final à plenária



Senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Marta Suplicy (PMDB-SP) com Nadine Gasman da ONU Mulheres Brasil



Giovanna, da União da Juventude Socialista (UJS), interpreta a música *"Disque Denúncia"* de Nina Oliveira



Mônica de Sousa e Helena Prestes, duas gerações unidas na luta em defesa da igualdade de gênero



Público participou ativamente com recomendações que compuseram o relatório final do seminário

## Documento Final

Nos dias 14 e 15 de dezembro de 2016, a Procuradoria Especial da Mulher do Senado, o Observatório da Mulher contra a Violência do Senado, em conjunto com Banco Mundial, ONU Mulheres, Avon e entidades parceiras, ao final mencionadas, organizaram no Senado Federal o seminário “Mulheres no Poder - Diálogos sobre Empoderamento Político, Econômico e Social e Enfrentamento à Violência”.

O encontro reuniu legisladoras, repre-

sentantes dos setores público e privado, entidades do movimento de mulheres e organismos internacionais para discutir o empoderamento político, econômico e social das mulheres, a partir de experiências práticas e cotidianas que permitam refletir sobre como avançar na conquista e ampliação de espaços de poder para as mulheres em todas as áreas da sociedade.

Parlamentares de El Salvador e do Parlatino, assim como especialistas em violência contra a mulher de Portugal, México e

Peru contribuíram para a discussão acerca dos Observatórios de Violência Contra a Mulher e ocupação dos espaços de poder político.

Em ambos os dias, o seminário esteve estruturado em painéis temáticos, que versaram sobre: Experiências internacionais de observatórios de violência contra as mulheres; Mulheres no Poder Legislativo; Empoderamento da mulher no setor privado; Vozes dos movimentos de mulheres, e Orçamentos sensíveis a gênero.

Como resultado das discussões, inúmeras questões foram levantadas; as quais serão incorporadas em um relatório final do seminário, a ser publicado:

Dentre as proposições, destacamos em

linhas gerais:

- ✓ Valorizar a diversidade das mulheres brasileiras e considerar suas especificidades na legislação e em políticas públicas, principalmente de mulheres indígenas, quilombolas, ciganas, negras e LBT;
- ✓ Manter e fortalecer os espaços institucionais de representação política para as mulheres nos três níveis de poder da federação;
- ✓ Estimular e apoiar a criação de novos espaços de participação

política para as mulheres;

- ✓ Impedir o retrocesso dos direitos das mulheres na legislação e nas políticas públicas;
- ✓ Promover uma educação para a equidade de gênero e não sexista;
- ✓ Repudiar a aprovação da PEC 55/2016 e as propostas legislativas que afetem os direitos da classe trabalhadora, em especial de mulheres, tais como: Reforma da Previdência, PEC 215/2016, PL 5069/2013, entre outros;
- ✓ Enfrentar a desigualdade econômica para alcançar a igualdade política;
- ✓ Incentivar a formação de meninas e mulheres em todas as áreas do conhecimento, principalmente em

carreiras tradicionalmente masculinas;

- ✓ Disseminar o relatório final deste Seminário em todo o território nacional;
- ✓ Estimular a união de movimentos de mulheres e movimentos feministas para a mobilização em defesa dos direitos das meninas, das mulheres jovens, idosas, negras, brancas, indígenas, ciganas, quilombolas, mulheres das águas e das florestas, trabalhadoras do campo e da cidade, estudantes, profissionais do sexo, mulheres com deficiência, mulheres privadas de liberdade, lésbicas, bissexuais, transexuais e heterossexuais, em defesa da democracia e da soberania nacional especialmente para o mês da mulher e durante todo o ano de 2017.

Brasília-DF, 15 de dezembro de 2016

Órgãos, entidades e instituições parceiras:

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher do Senado

Procuradoria Especial da Mulher da Câmara dos Deputados

Bancada feminina no Congresso Nacional

Comissão dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados

Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres da Câmara dos Deputados

Governo de Brasília

Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH)

Grupo Mulheres do Brasil

Maurício de Sousa Produções

**mulheres**  
no  
**PODER**

## Palavra de Mulher Quando o homem branco fala sobre racismo



Arquivo Pessoal

Para melhor compreender a situação socioeconômica e histórico-política da comunidade afrodescendente brasileira, é fundamental conhecer como os membros da assim chamada elite branca enxergam o problema do racismo nacional. Torna-se ainda mais relevante quando os indivíduos masculinos compreendem bem as dificuldades por que passam os afrodescendentes brasileiros, principalmente as mulheres negras.

É necessária uma profunda compreensão do histórico das relações entre o homem branco, padrão dominante, e da mulher negra, escrava submissa.

O entendimento se faz quando se tem a

perfeita noção de que a luta é de todos e que somente quando todos estiverem nesse processo seremos uma via de mão única para as devidas mudanças.

Tem havido uma mitigação progressiva das marcas de preferência étnica na sociedade brasileira, visto que, nos dias correntes, há maior disponibilidade de produtos e serviços de toda ordem especificamente para negros. Contudo, essas conquistas têm de

**É necessária uma profunda compreensão do histórico das relações entre o homem branco, padrão dominante, e da mulher negra, escrava submissa.**

ser afirmadas e reiteradas constantemente.

Nesse sentido, é essencial aprofundar o debate entre todas as comunidades, inclusive as mais abastadas, a fim de sedimentar uma compreensão plural das questões étnicas. Em última análise, o que se objetiva é a formação de uma genuína sociedade multirracial destituída de preconceitos.

É fundamental o papel do homem branco na luta negra, com brancos sensíveis à questão racial.

Para nós, mulheres, a conquista em vários setores de nossa sociedade se fez por meio de muita luta e reconhecimento das desigualdades.

O Brasil assinou e ratificou a CEDAW em 1º de fevereiro de 1984 e se obrigou a eliminar a discriminação contra a mulher em seu território. O Estado brasileiro desenvolve ações para que se atinja igualdade de gênero (saúde da mulher, cabe ressaltar Outubro Rosa, ampliação da licença maternidade, Lei Maria da Penha).

Também é significativo lembrar o dia 24 de fevereiro, quando foi assegurado à mulher o direito de votar e ser eleita, em 1932.

Resta, uma vez mais, conclamar a todos para que o respeito às mulheres, principalmente as negras, efetive-se no dia a dia, de modo que os direitos reconhecidos em diversos dispositivos normativos internos e externos ganhem forma concreta.

Raimilda Bispo, servidora da Coordenação de Produção (SECPRO) do Senado Federal

## Artigo

### Curso virtual sobre lei já superou 20 mil inscrições

O Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), lançou, em agosto de 2016, o curso “Dialogando sobre a Lei Maria da Penha”. Trata-se de curso na modalidade de ensino a distância, gratuito e acessível a qualquer cidadã ou cidadão, em qualquer ponto do país, ou mesmo fora dele, bastando para isso requisitos mínimos de acesso à internet e o cadastro na plataforma Saberes (<http://saberes.senado.leg.br/>).

O curso tem duração de 60 horas aula, sendo composto por três módulos e nove unidades, nas quais se estudam a legislação anterior à Lei Maria da Penha, a legislação internacional de direitos humanos, a construção do conceito de violência contra a mulher, a Lei como novo paradigma, avanços e desafios, o histórico da lei, conceito e formas de violência contra a mulher, as medidas protetivas e se faz um estudo de caso.

Conforme dados preliminares do ILB,

foram registradas 19.188 inscrições entre 15 de agosto a 26 de dezembro de 2016. A plataforma do curso foi reaberta em 2 de



janeiro de 2017 e já conta com 3.911 novos inscritos. Considerando apenas os dados fornecidos pelas/os participantes no formulário “Avalie o Curso”, num total de 7.463, pode ser constatado que a maioria é do sexo femi-

nino (71%). São do sexo masculino 29% e 0,27% se identificaram na categoria “outros”. Em relação à faixa etária, 46% têm entre 25 e 40 anos e 33% entre 18 e 25 anos; quanto à escolaridade, 54% são graduados e 22% possuem especialização.

Em relação ao estado de origem, São Paulo tem com maior número de inscritos, seguido de perto por Minas Gerais, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Ressalte-se, entretanto, que o curso registrou participantes de todos os estados da Federação. Em relação à profissão/ocupação, 41% são do Poder Judiciário, 9% do Poder Executivo e 4,5% da área privada. A participação das Assembleias Legislativas, Senado Federal, Câmara dos Deputados e TCU ficou em torno de 1% cada. A avaliação positiva estimula uma maior disseminação do curso.

Maria Terezinha Nunes, Gestora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

**EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado**  
**Procuradora:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)  
**Coordenadora:** Rita Polli Rebelo  
**Projeto gráfico:** Secom/Comark  
**Diagramação:** Ramíla Moura  
**Textos e edição:** Lunde Braghini, Ramíla Moura e Rita Rebelo.  
**Equipe de apoio:** Paula Bento  
**Jornalista responsável:** Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

**Endereço:** Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar  
Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF  
**Telefones:** (61) 3303-1710 / 0800 612 211  
**E-mail:** [procuradoria.mulher@senado.leg.br](mailto:procuradoria.mulher@senado.leg.br)

Procuradoria da Mulher do Senado @SenadoMulher  
 [www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria](http://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria)